



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 03.02.2017**

3 Ao terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às 10h30min, no auditório
4 localizado no piso térreo do prédio situado à Rua Angélica, número 100, Jardim das Flores,
5 município de Osasco, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação da EPPEN, *campus*
6 Osasco da UNIFESP, sob a presidência da Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Luciana Massaro
7 Onusic. Compareceram: ▪ a Diretora Administrativa em exercício, Sra. Haluane Santana e,
8 também, a Sra. Juliana Mateusa Meira Cruz, apesar de estar gozando férias; ▪ os chefes de
9 departamento: - de Ciências Contábeis: Profa. Dra. Nena Geruza Cei; - de Ciências Atuariais:
10 o vice-chefe, Prof. Danilo Braun Santos; - de Economia: Profa. Dra. Claudia Alessandra
11 Tessari; - do Eixo Multidisciplinar: Prof. Dr. Douglas Mendosa; - de Administração: Prof.
12 Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno; ▪ os coordenadores de cursos de graduação: Profa. Dra
13 Daniela Verzola Vaz, de Ciências Econômicas; Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça,
14 vice-coordenadora de Relações Internacionais; Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet, de
15 Administração; Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho, de Ciências Atuariais, Prof. Dr. Antonio
16 Saporito, vice-coordenador de Ciências Contábeis e Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza, do
17 Eixo Multidisciplinar. Ainda, os representantes: ▪ dos docentes, os professores: Dr.
18 Murilo Leal Pereira Neto e Dr. Fábio Luis dos Santos; ▪ dos TAEs: Sr. Edmur Machado
19 Silva e Sr. Carlos Roberto de Castro Junior, e ▪ dos discentes: Alan Almeida Miron Soldi e
20 Jéssica Franulovic Mendes dos Santos, ambos representando os cursos de graduação, bem
21 como, Mário Henrique Camargo Maciel de Carvalho, representando os programas de pós-
22 graduação. Os professores Dr. Bolivar Godinho de Oliveira, Dra. Ismara Izepe de Souza e
23 Ms. Luiz Augusto Finger França Maluf justificaram ausência por estarem em período de
24 férias. Às 10h47min, a presidente deu boas-vindas aos membros presentes na primeira
25 sessão do ano e iniciou os **INFORMES**, começando pelos **Informes da Diretoria Acadêmica**:
26 ▶ **Matrículas** - Anunciou que naquela tarde teria início a primeira fase do período de
27 matrículas. Explicou que a recepção aos novos alunos - além de toda estrutura que podia ser
28 vista naquele mesmo local já previamente preparado para os trabalhos (com computadores e
29 *layout* esquematizado para os procedimentos necessários e favorável ao fluxo de pessoas) -
30 contaria com duas assistentes sociais para análise do perfil socioeconômico dos calouros;
31 ▶ **CONSU** - Compartilhou a notícia sobre a suspensão da nomeação da Profa. Soraya
32 Soubhi Smaili e do Prof. Nelson Sass, respectivamente para reitora e vice-reitor da Unifesp,
33 em razão da denúncia contra a legitimidade das eleições, feita por um antigo professor da
34 instituição, Prof. Dr. Antonio Carlos Lopes. Ela detalhou os dois aspectos apontados pelo
35 denunciante que se referiam, primeiramente, à paridade e, também, à composição da lista
36 tríplice. Assinalou que a primeira questão já tinha sido esclarecida pelo Ministério Público
37 em ocasião anterior e que ficara entendido que a paridade era aplicada apenas nas consultas
38 públicas, de caráter meramente consultivo, e garantido que a eleição propriamente dita tinha
39 ocorrido de acordo com as normas regimentais, em sessão extraordinária do CONSU, onde a
40 votação não era paritária. Portanto, as dúvidas sobre esse aspecto do processo eleitoral



41 estavam totalmente dirimidas. A segunda questão, debatida pelos conselheiros na sessão -
42 palco também de manifestações de apoio à nomeação imediata dos eleitos e favoráveis à
43 autonomia universitária – culminou com a elaboração de documento apresentando ao
44 Ministério da Educação o posicionamento do colegiado que explicava e reforçava a
45 legalidade da eleição, bem como o pedido de homologação do resultado do processo eleitoral;

46 ► **Avaliação e Recredenciamento da Unifesp** - A Profa. Luciana lembrou as solicitações
47 da Profa. Ieda Maria Longo Maugéri, presidente institucional da Comissão Própria de
48 Avaliação (CPA), com vistas à visita dos avaliadores do INEP (Instituto Nacional de Estudos
49 e Pesquisas Educacionais) através da Diretoria de Avaliação de Educação Superior e da
50 Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior.
51 Solicitou a colaboração dos coordenadores de graduação e pós-graduação no sentido de
52 garantirem a participação dos membros dos respectivos NDEs e reforçou as datas
53 programadas pela Comissão de Avaliação: 13, 14 e 15 de fevereiro de 2017. Indagada sobre
54 o local das reuniões, a presidente se comprometeu a rever todas as informações e repassá-las
55 aos coordenadores. Reforçou a solicitação de indicação de 3 discentes por curso e, também, 2
56 egressos. Ela ficou de verificar a possibilidade de haver algum aluno já formado que pudesse
57 ser indicado pela Secretaria. Nesse momento, o representante discente dos programas de pós-
58 graduação, Mário Henrique Camargo Maciel de Carvalho se voluntariou, uma vez que é
59 egresso da casa. Ela também pediu que os currículos de todos os docentes estivessem
60 atualizados na plataforma Lattes. Encerrou o informe sublinhando que o assunto era muito
61 importante e destacando que a vice-coordenadora do curso de Relações Internacionais,
62 também ali presente, Profa. Marina Gusmão de Mendonça, participava ativamente da CPA do
63 *campus* Osasco e da Central e compareceria às reuniões da agenda estipulada pelo INEP;

64 ► **Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa** - Informou que o vice-diretor acadêmico, Prof.
65 Julio Cesar Zorzenon Costa, já tinha voltado de suas férias, mas não estava presente àquela
66 sessão por estar representando a direção do *campus* Osasco em reunião do Conselho de Pós-
67 Graduação e Pesquisa da Unifesp. Ela comemorou a virtual aprovação do Regimento recém-
68 elaborado - que estava sendo submetido ao conselho naquela mesma manhã - e depois de
69 procedidos os pequenos ajustes recomendados. Demonstrou alívio por saber que, finalmente,
70 a Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa da EPPEN seria composta muito em breve.
71 Então, concedeu a palavra à Diretora Administrativa que, apesar de estar em período de
72 férias, estava presente e gostaria de compartilhar as notícias do setor com os conselheiros:

73 ► **LOA** - Apresentou o orçamento para o ano de 2017 mediante a aprovação da LOA pelo
74 governo federal, com as projeções do percentual da EPPEN nas verbas de custeio para a
75 manutenção do *campus* (3,9%) e, ainda, as expectativa de recebimento de recursos próprios.
76 Além de prover os contratos vigentes, ela demonstrou que o orçamento contemplava as
77 despesas extras, bem como novas demandas previstas para o ano de 2017. Então, as elencou:

78 ► **Restaurante Universitário** - Frisou que, como de costume, o RU utiliza verba
79 complementar. Para o ano de 2017 estimou o valor de R\$ 80.000,00, com base em 2016;

80 ► **Ar Condicionado** – Ela mencionou a necessidade de contratar empresa para manutenção
81 desses equipamentos (utilizados naquele próprio ambiente e também nos laboratórios);



- 82 ▶ **Cabine Primária** - Da mesma forma, destacou a urgência de serviços de manutenção;
- 83 ▶ **Bedel** – Citou a demanda por esse profissional para auxiliar os pequenos trabalhos em salas
- 84 de aula e laboratórios. Lembrou que os servidores do setor de TI vinham sendo muito
- 85 prestativos em várias e situações. Frisou, porém, que o ideal seria ter uma pessoa específica
- 86 para tal, pois, as atividades envolvidas não podiam ser atribuídas aos zeladores, por exemplo;
- 87 ▶ **Repactuação com Prestadores de Serviços** - Citou que os acordos sindicais impactavam
- 88 nos contratos dos serviços terceirizados e que renegociações aconteceriam ao longo do ano;
- 89 ▶ **Material de Consumo** – Falou da projeção de consumo com base no valor empenhado no
- 90 ano anterior. Destacou que a equipe administrativa vinha trabalhando nos Termos de
- 91 Referência para aquisição dessas novas demandas, porém, era imprescindível uma análise
- 92 rigorosa das reais prioridades do *campus*, visto que a situação orçamentária não permitia
- 93 atender todas as necessidades, pois para cobrir os contratos vigentes e as novas demandas
- 94 será necessário um aporte de mais de R\$ 300 mil. Então, prosseguiu mencionando as
- 95 ações programadas para alinhar as demandas do *campus* ao contingenciamento dos gastos:
- 96 ▶ **Ampliação dos Recursos** – A Sra. Juliana ressaltou o incansável empenho no sentido
- 97 de aumentar os recursos e buscar novas possibilidades de incremento orçamentário;
- 98 ▶ **Renegociação do Contrato de Locação do Restaurante Universitário** – Explicou que,
- 99 além dos valores defasados (aluguel de apenas R\$ 966,00 mensais enquanto o valor de
- 100 mercado apurado em laudo imobiliário para a região ficava em torno de R\$ 2.200,00),
- 101 o funcionamento do RU implicava em despesas adicionais, considerando que o consumo
- 102 de água e energia excede o montante recebido em forma de aluguel. Portanto, essas
- 103 tarifas deveriam ser repassadas aos locatários, como é usual em contratos dessa natureza;
- 104 ▶ **Reprografia** - Assinalou que o pagamento do aluguel em forma de serviços era
- 105 desfavorável para o *campus* e, portanto, os termos do contrato deveriam ser renegociados;
- 106 ▶ **Uso Eficiente dos Recursos** - Falou da expectativa de implementação de nova política de
- 107 esclarecimento e utilização mais consciente dos recursos como água, energia e impressos;
- 108 ▶ **Orçamento** - A Sra. Juliana apresentou relatório orçamentário que era projetado
- 109 simultaneamente ao seu relato que versou sobre a publicação, em janeiro, de Decreto Federal
- 110 reduzindo a cota devida ao *campus* de 1/12 para 1/18 até o mês de março, surpreendendo a
- 111 todos. Terminou explicando que o impacto dessa redução é de 33% do limite orçamentário.
- 112 Apesar das contingências, algumas boas notícias também foram compartilhadas. Então com a
- 113 palavra, a arquiteta Haluane Santana, Diretora Administrativa em exercício, falou sobre as
- 114 intervenções realizadas no *campus* durante os períodos de recesso e férias. Em nome do setor
- 115 de infraestrutura, agradeceu a paciência e colaboração de todos durante o período “em que o
- 116 *campus* se transformara em um canteiro de obras”. Ela discriminou as principais ações:
- 117 ▶ **Quadro Geral de Energia** – Destacou a manutenção geral que adequou os equipamentos à
- 118 norma vigente, o que permitiria, também, aumentar a capacidade de fornecimento e, assim,
- 119 atender à crescente demanda, especialmente, nas salas do terceiro piso que vinham
- 120 aguardando já havia muito tempo a instalação de tomadas em todos os postos de trabalho;
- 121 ▶ **Sala 205** – Ela compartilhou que a sala de convivência dos servidores, localizada no
- 122 segundo piso, já estava sendo mobiliada e, muito em breve, estaria disponível para utilização;



- 123 ▶ **Sala de Professores** – Noticiou que mais uma sala estava sendo preparada no terceiro
124 andar para acomodar os novos professores que estavam sendo concursados e/ou previstos;
125 ▶ **Reparos na Área Externa** – Comentou sobre pequenos reparos, citando, também, a
126 colocação de bancos de madeira sob a marquise da fachada e outros, de concreto, nos jardins;
127 ▶ **Sala 316** – Falou sobre a montagem da sala para os departamentos – cujos móveis já
128 estavam registrados no patrimônio – que aguardava ligação elétrica para poder funcionar;
129 ▶ **Acessibilidade** – Sublinhou as adequações que estavam sendo providenciadas, como a
130 instalação de barras nos banheiros e o piso para deficientes visuais. Lembrou que a rampa
131 existente não correspondia aos padrões normativos e, portanto, elevadores são mandatórios;
132 ▶ **Visores nas Portas** – Ela assinalou que a instalação de visores nas portas tinha o
133 objetivo de facilitar os trabalhos do pessoal da zeladoria e da segurança, principalmente;
134 ▶ **Lousas** - Mencionou a substituição de todas as lousas que estavam danificadas e o
135 excedente de material (fórmica) para eventual manutenção durante o decorrer do ano.
136 Finalizou explicando que os trabalhos para ampliação da capacidade elétrica, muito
137 aguardados, não tinham caminhado na velocidade desejada e necessária por conta de
138 obstáculos como o fato de haver um único eletricitista no quadro de terceirizados, as entaves
139 da compra e recebimento do material essencial, entre outras pequenas adversidades.
140 Ponderou que, apesar de o *campus* ainda não estar totalmente adequado à legislação, os
141 trabalhos que vinham sendo realizados demonstravam proatividade e, certamente, relaxariam
142 qualquer conduta punitiva por parte das autoridades. A Profa. Luciana, então, retomou a
143 palavra e acrescentou que os serviços de pavimentação no trecho de acesso ao
144 estacionamento do terreno da FITO tinham sido solicitados à administração municipal, pois,
145 é imprescindível o uso de maquinário pesado. Ela informou que se reuniria com setores da
146 prefeitura municipal na terça-feira seguinte para tratar desse assunto, entre outros. Justificou
147 que a troca de gestão exigia novos contatos e retomada dos assuntos pendentes. A presidente
148 prometeu encaminhar comunicado avisando da disponibilização das novas salas, em especial
149 aquela de convivência dos servidores. Não havendo qualquer Informe por parte do segmento
150 TAE, ela passou a palavra ao Prof. Fabio Luis dos Santos para os **Informes da**
151 **ADUNIFESP** - O professor atualizou os conselheiros sobre as mais relevantes notícias:
152 ▶ **Congresso** - Contou sobre o evento ANDES ocorrido em janeiro. Ele explicou que ao
153 longo do ano são realizados vários congressos e, em janeiro, ocorrera o encontro geral, com
154 mais participantes e englobando tudo o que tinha sido discutido anteriormente em reuniões
155 mais regionalizadas. Divulgou que o encontro fora muito produtivo e que a discussão
156 abarcara as questões em nível nacional. Comemorou que a maioria das universidades
157 públicas tinha participado e que, em breve, seria publicado o informativo oficial dos delegados;
158 ▶ **Crise Orçamentária** - Reportou que as dificuldades econômicas, na linha do que tinha
159 acabado de ser relatado nas notícias sobre o orçamento do *campus*, era semelhante em todo o
160 país. Acrescentou que a crise parecia ser ainda mais aguda para as universidades estaduais,
161 em que salários atrasados já podiam ser constatados. O professor demonstrou muita
162 preocupação com os impactos das políticas que vinham se configurando mais recentemente;



163 ► **Reforma Previdenciária** – No entendimento do professor, a reforma seria prejudicial a
164 todos os servidores indiscriminadamente. Ele citou como exemplo a elevação da contribuição
165 de 11% para 14%, o que não se revertia em benefícios para os trabalhadores. Relembrou que
166 os ingressantes a partir do ano de 2013 não teriam direito à aposentadoria integral, sendo
167 forçados a buscar previdência complementar, o que não era recomendado pelo ANDES.
168 Concluiu que a agência avalia planos complementares como produtos financeiros e não como
169 programas de proteção contra os diversos riscos econômicos a que os servidores estão expostos;
170 ► **Nomeação da Reitoria Unifesp** - Por último, o professor relatou a posição do ANDES
171 em relação à situação já relatada no início da sessão. Reportou que ANDES participara da
172 referida sessão extraordinária do CONSU e que a denúncia do professor aposentado da
173 instituição era vista com reserva. Assinalou que o denunciante era tido como pessoa
174 controversa por muitos dos seus ex-colegas, que o julgavam defensor de interesses pessoais
175 através da universidade e dado a atitudes antidemocráticas. Comunicou que o ANDES
176 considerava a denúncia infundada e apontava 2 graves ofensas: contra a lisura do processo
177 eleitoral e contra a, ainda moderada, paridade. Lamentou que os instrumentos de
178 democratização da universidade fossem atacados e lembrou que a paridade era uma conquista
179 que tinha se dado através de um processo muito amplo. Encerrou sua fala defendendo a
180 autonomia da universidade. Então, o Prof. Douglas Mendosa solicitou a palavra para repassar
181 **Informe da Comissão de Análise dos Procedimentos de Segurança** – Ele recapitulou que
182 no ano anterior havia sido formada uma comissão para estudar os procedimentos de
183 segurança. Afirmou que grupo vinha se reunindo desde então e que tencionava apresentar os
184 resultados do estudo em março. Salientou que qualquer medida que viesse a ser adotada
185 implicaria em impacto financeiro. Então, a Profa. Marina pediu licença para dar um
186 depoimento relacionado às preocupações com as questões de segurança patrimonial e pessoal
187 dentro do *campus*. Ela relatou que tivera seu material de aula furtado durante rápida ausência
188 sua da sala de aula onde havia deixado *pendrive* acoplado ao computador. O ocorrido fora
189 representado e os responsáveis chamados para conversar sobre possibilidade de acordo. A
190 professora se mostrou insatisfeita com os procedimentos, que julgou irregulares, e com as
191 medidas, chamadas de socioeducativas, tomadas pela PRAE e através das quais não lograra
192 sequer um pedido de desculpas. Resumiu que o aluno acusado negava ter sido o autor e outro
193 aluno, que assumia a autoria, não podia ser punido por não constar como parte do processo.
194 A professora concluiu com indignação que em uma próxima vez, compareceria à delegacia,
195 visto que correria sério risco, uma vez que o equipamento USB poderia conter dados pessoais
196 importantes, tais como o número de seu CPF, cópia do seu Imposto de Renda ou até texto de
197 sua autoria ainda não divulgado. O Prof. Douglas, por sua vez, se comprometeu a levar o
198 depoimento da colega para os outros membros da comissão, de modo a avançarem os estudos
199 também na direção do caso apresentado. Retomando a palavra, a presidente informou que os
200 recursos para o *campus* Quitaúna estavam empenhados até o mês de março e chamou à
201 atenção dos conselheiros para o calendário acadêmico. Lembrou que as aulas seriam
202 retomadas no dia 22 de fevereiro e que a semana de integração estava sendo coordenada pela
203 Profa. Claudia Moraes, cuja solicitação de pauta sobre esse tema não havia sido acatada por



204 ser do âmbito da Câmara de Graduação. Com a palavra, a Profa. Claudia Moraes esclareceu
205 que os discentes estavam solicitando alteração no calendário de volta-as-aulas e que o
206 assunto seria debatido no foro da graduação, visto que a recepção dos calouros e as
207 atividades pertinentes à semana de integração envolviam todos os professores. Assim,
208 encerrados os informativos, a presidente deu início à **ORDEM DO DIA**, tratando:
209 **(1) Estágios** - Como já se tornava usual, os documentos referentes à autorização para
210 realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios eram projetados e, **por unanimidade**
211 **dos votos, culminaram aprovados os convênios com as seguintes 10 empresas:**
212 ▶ Lefosse Advogados; ▶ Lexos Solução em Tencologia Ltda.; ▶ Stone Pagamentos S/A;
213 ▶ Novo Tempo Consultoria e Recursos Humanos Ltda.; ▶ GBPR Participações Ltda;
214 ▶ Pirelli Comercial de Pneus Brasil Ltda.; ▶ Spectris do Brasil Instrumentos Eletrônicos
215 Ltda.; ▶ Deutsche Bank S.A.; ▶ LTA Auditoria Ltda. E, por último, a firma
216 ▶ GE Power & Water Equipe e Serviço de Energia e Tratamento de Água Ltda.
217 **(2) Concurso da Área de Ciências Econômicas, subárea Economia Matemática** - A
218 Profa. Nena apresentou o documento que havia acabado de ser aprovado pela Comissão de
219 Bancas, presidida por ela minutos antes daquela sessão. Ressaltou que a banca examinadora
220 tinha sido acatada por unanimidade e, a única ressalva dizia respeito à nomenclatura do
221 doutoramento de um dos membros, mas já elucidada. Portanto, o documento atendia
222 integralmente o estipulado pela Resolução 116. A Profa. Claudia Tessari, chefe do
223 Departamento de Economia fez breve apresentação dos membros convidados para compor tal
224 banca. Não havendo quaisquer objeções ou considerações, a presidente conduziu a votação.
225 Em votação unanime, **os conselheiros aprovaram a banca examinadora para**
226 **o concurso da área de Ciências Econômicas, subárea: Economia Matemática.**
227 **(3) Regimento Interno do Departamento de Administração** - O Prof. Bueno apresentou a
228 proposta de regimento interno apontando que o documento fora elaborado de forma enxuta,
229 contendo apenas 4 páginas, porém, passível de complementação, cujas regras para
230 modificação e inserções também constam do texto. Explicou que, em linhas gerais, o órgão
231 dirigente seria o Conselho Departamental, formado por todos os docentes do departamento,
232 originários do curso de Administração, 1 representante discente da graduação e 1 da pós-
233 graduação e representantes dos TAEs lotados no departamento, quando assim fosse.
234 Acrescentou que as coordenações seriam 3: de graduação, de pós-graduação e de extensão. E,
235 que os mandatos e atribuições das chefias e coordenações respeitavam o previsto pelo
236 Estatuto Geral da Unifesp. Detalhou que as reuniões do conselho acontecerão ordinariamente
237 a cada 2 meses, as convocações encaminhadas com 1 semana de antecedência. Ao passo que
238 as extraordinárias seriam agendadas para pauta específica e convocadas com antecedência
239 mínima de 48 horas. Reforçou ser ele próprio o chefe do Departamento de Administração,
240 tendo como suplente o Prof. Bolivar Godinho de Oliveira Filho. Ressaltou que a alteração na
241 chefia seria divulgada previamente, 30 dias antes da nova escolha, permitindo que qualquer
242 docente do departamento pudesse se candidatar ao posto. Frisou também que, apesar de
243 discordar da regra, o documento seguia o estatuto geral, permitindo apenas 1 recondução.
244 Destacou que as futuras resoluções regulamentariam aspectos específicos como, por



245 exemplo, a distribuição da carga didática e a subdelegação de competências. O último caso
246 permitiria ao docente assinar o próprio projeto de pesquisa, sem necessidade de recorrer à
247 chefia. Terminou dizendo que o documento tinha sido aprovado por unanimidade em reunião
248 do curso no dia 7 de dezembro último e oferecido prazo até 13/dezembro para apontamentos
249 e possíveis alterações. Reforçou que, mesmo tendo seguido tais fases de elaboração, até estar
250 sendo ali submetido, nada impediria que alguma incorreção fosse constatada ou modificação
251 sugerida. Frisou que, mesmo depois de aprovado e já em vigor, os termos do regimento
252 poderiam ser alterados com aprovação de 1/3 do conselho departamental. Abertas as
253 inscrições, o discente Alan foi o primeiro a se manifestar e fez 2 colocações. Uma delas se
254 referia à comprimida representação discente, como já expressado por ocasião da análise do
255 Regimento do Decon. E, citando o Prof. Mauri, que observara também no documento do
256 Decon, apontou a frase “*todos os professores da Unifesp*” constante do Artigo 7º item II do
257 §1º, Capítulo 3 – Do Conselho do Departamento. **O Prof. Bueno concordou com a sugestão**
258 **dos conselheiros sobre acrescentar os termos “*lotados no Departamento de***
259 ***Administração*”**. Foi a vez, então, do Prof. Murilo, que parabenizou a equipe de
260 Administração e quis saber mais sobre como seriam escolhidos os 3 coordenadores,
261 conforme previsto naquele documento. Perguntou se a coordenação de graduação seria a
262 exercida pela mesma pessoa que coordena o curso de Administração. O Prof. Bueno
263 esclareceu que a forma de ocupação dessas posições ainda seria discutida em plenária
264 departamental. No entanto, assegurou que cada uma dessas 3 coordenações teria
265 regulamentação própria e poderia definir a melhor forma de escolha de seus coordenadores.
266 Concluiu dizendo que poderia responder ao colegiado em forma de informe, logo após
267 discussão no departamento e criação da resolução versando sobre o funcionamento das
268 coordenadorias. Ainda, o Prof. Murilo perguntou sobre as características das eleições e os
269 casos de empate. O Prof. Bueno esclareceu que a votação costumava ser secreta e apontou o
270 texto do Artigo 8º, item VI, Capítulo 3 – Do Conselho do Departamento para corroborar sua
271 fala. Acrescentou que os critérios de desempate eram os previstos pelo Regimento Geral da
272 Unifesp. Com a palavra, a Profa. Claudia Tessari sugeriu que, a exemplo do Departamento de
273 Economia, o colega deveria solicitar uma área no sítio do *campus* Osasco dedicada ao
274 Departamento de Administração, onde o documento poderia ser disponibilizado para
275 consultas. A presidente, então, se comprometeu a solicitar auxílio do setor de Tecnologia da
276 Informação e da servidora Tatiana Travassos para providenciarem tal facilidade de forma
277 padronizada com os demais departamentos. Também a Profa. Claudia Moraes tratou do
278 Artigo 8º fazendo observação de ordem semântica. Ela quis saber se a palavra “opinar”
279 constante do item II, oferecia o entendimento pretendido a respeito das competências do
280 Conselho de Departamento. A Profa. Claudia Tessari, então, acrescentou que o mesmo
281 apontamento havia sido amplamente discutido durante a análise do Regimento do Decon.
282 Houve consenso que o item III poderia ser suprimido sem prejuízo para o texto, visto que o
283 item IX contemplava a questão. **Em regime de votação, por unanimidade dos votos, o**
284 **item “III – Opinar nos casos de afastamento de servidores do Departamento” foi**
285 **suprimido**. Encerradas as intervenções, a presidente consultou os conselheiros e o



286 **Regimento Interno do Departamento de Administração - considerando as alterações**
287 **sugeridas naquela sessão e constantes em ata - foi aprovado com uma abstenção.** A
288 Profa. Luciana, então, abordou o último item da pauta, também solicitado pelo Prof. Bueno:
289 **(4) Reserva AIU - Redução excepcional da Reserva AIU (Apoio Institucional à**
290 **Unidade), nos termos do § 2º do Art. 14 da Resolução 131/2016** - Com a palavra, o
291 professor disse que sintetizaria o assunto para explicar o motivo de sua solicitação. Relatou
292 que havia cerca de um ano tentavam implantar os cursos de especialização tipo MBA no
293 *campus* Osasco. Detalhou que a aprovação da Câmara de Extensão fora obtida no mês de
294 agosto do último ano, tendo o processo sido finalizado em outubro e procedidos alguns
295 pequenos ajustes em novembro. Embora o curso já estivesse previamente aprovado, em
296 dezembro, foram surpreendidos pela apresentação no Consu da Resolução 131/2016
297 regulamentando os cursos de especialização EAD. Em sua opinião, na tentativa de
298 regulamentar todos os cursos de especialização sob uma única resolução, a PROEC havia
299 criado uma série de dificuldades. A resolução aumentava o percentual financeiro retido para
300 a instituição de várias formas, passando de 43% para mais de 65%. Assim, eliminando a
301 possibilidade de bolsas de pesquisa para professores e/ou pesquisadores e reduzindo o valor
302 destinado aos gastos com apoio administrativo, agora limitado ao teto de cerca de R\$
303 1.449,00 mensais. Frisou que tais reservas se aplicavam tanto aos cursos pagos como aos
304 gratuitos e estes últimos teriam de, alguma forma, contribuir para as reservas. Acrescentou
305 que, apesar de ter aprovado a Resolução 131/2016, o Consu formara uma comissão para
306 análise dessa regulamentação, cuja devolutiva era prevista para abril vindouro. Resumiu que
307 a coordenação do curso tinha elaborado planilha de custos do curso que demonstrava valores
308 equilibrados. No entanto, com a nova regulamentação, se aplicadas as regras criadas, esses
309 cursos se tornavam inviáveis, inclusive aqueles do *campus* Osasco que ainda não existiam,
310 mas já em fase de inscrições abertas. A única possibilidade enxergada para viabilizar o curso
311 seria aplicar o previsto no Artigo 14, inciso 2º: redução extraordinária de parte da reserva
312 institucional. Terminou explicando que os valores previstos anteriormente, para a Reitoria e
313 para a FAP, não seriam alterados. O pleito colocado era pela redução (para o percentual zero)
314 da reserva AIU (Apoio Institucional à Unidade) que compete ao *campus* Osasco, concluiu o
315 professor. Retomando a palavra, a Profa. Luciana explicou que tinha participado do Consu
316 em dezembro quando a Resolução 131 foi aprovada. Acrescentou que ela própria tinha
317 conversado com a Profa. Janine Schirmer - Diretora da Escola de Enfermagem, onde esse
318 tipo de curso é muito difundido - cuja opinião é similar à do Prof. Bueno no sentido de que
319 tais modificações inviabilizam esses cursos e, portanto, a decisão dela tinha sido pela
320 suspensão desse tipo de curso (mesmo aqueles com inscrições abertas) até que se chegasse a
321 um termo, depois de apresentado os resultados da análise encomendada à comissão que se
322 formou no CONSU para avaliação da Resolução 131. Sugeriu que o Prof. Bueno procedesse
323 da mesma maneira. Ela também acrescentou que, por se tratar de curso à distância, os custos
324 referentes à limpeza ou consumo de energia elétrica e água, seriam quase insignificantes para
325 o *campus*. Porém, solicitou que a planilha de custos fosse apresentada, pois, necessitava
326 conhecer as demandas e compromissos que se apresentariam para a EPPEN e o que, de fato,



327 impactaria os custos do *campus* diante da implementação do curso. Também recomendou
328 que o debate não abordasse a pertinência ou não dos cursos pagos, visto que a oferta daquela
329 modalidade tinha sido aprovada na Câmara de Extensão e a pauta era especificamente a
330 respeito da possibilidade de redução extraordinária da reserva técnica institucional que
331 compete ao *campus* Osasco. O Prof. Fábio Luis foi o primeiro inscrito e iniciou seu
332 pronunciamento dizendo que, apesar do apelo da presidente por não se aterem à questão da
333 não gratuidade dos cursos, em sua opinião, o pano de fundo da questão colocada passava pela
334 cobrança e a justificativa para tal prática era, fundamentalmente, a controversa remuneração
335 dos professores. Compartilhou que ele próprio fazia parte da Câmara de Extensão à época da
336 aprovação da modalidade de curso pago e, desde então, ele vinha solicitando espaço para a
337 discussão aprofundada sobre a cobrança em razão da prestação de serviços já previstos pela
338 carreira dos docentes em regime de Dedicção Exclusiva. O professor pediu para que fossem
339 apresentadas de forma mais clara as despesas que alegadamente inviabilizavam os cursos e
340 quais custos não estavam incluídos. Ele queria saber se por inviabilidade entendia-se que a
341 remuneração oferecida aos professores seria menor que a programada, se tais professores
342 eram de outras instituições ou também aqueles que já tinham compromisso com a graduação,
343 pós-graduação e extensão, como esperado dos docentes DE. A Profa. Claudia Tessari quis
344 saber o que era esperado daquele colegiado, pois, ainda não se sentia totalmente esclarecida
345 sobre o que estava sendo solicitado neste ponto de pauta. Também indagou sobre a urgência
346 do assunto que, a seu ver, já estava sendo apreciado por uma comissão formada no Consu
347 que deveria apresentar devolutiva em abril. A Profa. Claudia Moraes, por sua vez,
348 corroborou a fala dos seus pares dizendo que a Congregação não teria condições de analisar a
349 questão sem ter sido antecipadamente subsidiada com documentos, planilhas e estudos,
350 especialmente, frente às dificuldades orçamentárias apresentadas no início da sessão.
351 Acentuou a densidade do tema que o próprio Consu avaliara merecedor de análise profunda
352 e, portanto, havia formado uma comissão para tal. O Prof. Bueno reforçou que a Resolução
353 131/2016 afetava todos os cursos *Lato Sensu* da Unifesp, incluindo os gratuitos. Apesar de
354 ver com bons olhos a tentativa de regulamentação para o bom funcionamento dos trabalhos,
355 o professor entendia ser necessário muito cuidado acerca do que se pretende regulamentar.
356 Afirmou que a resolução, apesar de abranger especificamente os cursos de especialização,
357 esbarrava na crucial relação da universidade com a Fundação de Apoio na execução de
358 projetos e programas de pós-graduação, pesquisa, extensão e até mesmo ensino.
359 Exemplificou dizendo que o curso mencionado tinha sido pensado com custos e receitas
360 equilibrados. Porém, a adequação daquele curso à distância (que pressupõe gastos fixos
361 inferiores) à nova reserva elevaria o valor a ser cobrado do aluno de 300 reais para 900 reais.
362 Então, para sustentar a argumentação de inviabilidade do curso em face da nova reserva e
363 substanciar a apreciação do colegiado, o professor projetou primeiramente a Resolução
364 131/2016, destacando no Artigo 14: “§ 2º *Em caráter excepcional, a unidade universitária*
365 *ou acadêmica poderá mediante justificativa circunstanciada e aprovada pela congregação,*
366 *reduzir o percentual do AIU estabelecido no caput a estes setores.*” comprobatório da
367 necessidade de submeter o pleito à deliberação dos conselheiros. Também encorajou os



368 membros a atentarem para os Artigos 2º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13 e discorreu sobre o
369 Artigo 14 onde são citados os percentuais de AIU de 5 para o *campus* e 10 para as unidades
370 universitárias e acadêmicas (não sendo especificado se por unidade entende-se
371 departamento). O professor projetou uma demonstração do tipo “*como era x como ficou*”
372 indicando que o que antes figurava como 5% sobre o valor líquido arrecadado para
373 ressarcimento à PROEC / zero sobre o valor líquido arrecadado para ressarcimento à AIU /
374 23% sobre o valor líquido arrecadado de ressarcimento para a FAP/ 20% sobre o bruto
375 arrecadado para as bolsas integrais para alunos, agora constava 5% sobre o valor bruto
376 arrecadado para ressarcimento à universidade / 15% sobre o valor bruto arrecadado de AIU
377 /18% sobre o valor bruto arrecadado para a FAP / 20% sobre o valor bruto arrecadado para
378 bolsas integrais para alunos. Resultando nas seguintes alterações: de 48% de retenção para
379 58,49%; de 45% financiamento para 64%; e de 3% de bolsas para
380 professores/pesquisadores para zero. Explicou que, havendo a redução do AIU para zero, os
381 58% de retenção retrocederiam a 43% e os 64% do financeiro recuariam para 49%. Salientou
382 que, ainda assim, restariam apenas 51% para rodar o curso. Completou dizendo que, ao ser
383 aprovado na Câmara de Extensão, o curso tinha as planilhas equilibradas, visto que o órgão
384 só aprova projetos que apresentem lucros ou, que não ofereçam prejuízos à universidade. No
385 entanto, com a nova situação os números registravam o valor negativo de aproximadamente
386 R\$ 158.000,00 que correspondia à metade dos custos. Demonstrou que, para os números da
387 planilha daquele curso estarem equilibrados, o AIU deveria ser, no máximo 2,39%. Ao final,
388 o professor reforçou o pleito de solicitar a redução em caráter excepcional para percentual
389 zero do AIU para os cursos de especialização do GEN já aprovados, pois, qualquer curso
390 novo já teria de ser pensado considerando os termos da resolução e, por último, alegou que
391 qualquer saldo seria automaticamente recolhido para a instituição. Reforçou que o pleito se
392 resumia a um diferimento, pois, ao invés de a instituição receber antes ou durante o curso, o
393 recebimento ocorreria no final, na forma do remanescente. Também se disponibilizou a
394 encaminhar para os membros cópia do material, que era da própria universidade e, portanto,
395 era disponibilizado na página da extensão. Nesse ponto, a presidente consultou os membros
396 que acataram a sugestão de fixar às 13 horas como teto para encerramento da sessão. O Prof.
397 Bueno também detalhou que a renda bruta estimada para o curso, considerando 177 alunos,
398 seria de R\$ 1.251.000,00, dos quais R\$ 312.000,00 se referiam à bolsas de gratuidade e R\$
399 375.000,00 de deduções. Assim, restando aproximadamente R\$ 876.000,00 para as despesas
400 como: a remuneração dos 64 professores, percebendo semestralmente R\$ 8.304,47 por
401 disciplina; R\$ 92.000,00 de salários + encargos do secretário celetista; R\$ 106.000,00
402 referentes aos 20% de retenção a título de RPA sobre o valor dos professores e
403 R\$ 121.000,00 para pagamento de serviços a pessoas jurídicas (materiais diversos,
404 impressos, locação de salas e equipamentos, licença de *software*, computadores e material de
405 consumo: lápis, borracha, etc.). Detalhou que os coordenadores receberiam R\$ 1.500,00 por
406 mês e especificou outros itens, como o recolhimento de RPA (Recibo de Pagamento
407 Autônomo), de modo a justificar os resultados negativos. Defendeu a necessidade da
408 aquiescência da Congregação, pois, esses cursos eram essenciais para a área de



409 Administração e não havia escola de referência que não os ofertassem. Argumentou que
410 visavam a formação de profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho. *Já se vão*
411 *11 meses e 28 dias de batalha para realizar esses cursos, com mudança de regras no meio*
412 *do jogo*, encerrou o professor. O Prof. Fabio Luis defendeu que a discussão deveria ser mais
413 aprofundada, pois, a Câmara de Extensão não havia esgotado o assunto e a manutenção do
414 padrão de remuneração previsto para os professores parecia estar sendo um entrave. O Prof.
415 Danilo, por sua vez, parabenizou os organizadores do curso que fora aprovado e chegava até
416 ali. Em sua opinião, as questões que se apresentavam eram de ordem prática e defendeu que
417 o curso deveria ter a chance de acontecer, pois, os excedentes seriam revertidos para a
418 universidade. A Profa. Marina Gusmão quis saber o significado de “*curricularização* da
419 extensão”, visto que durante a explanação, o professor dissera que 40% dos 5% de
420 ressarcimento à universidade eram destinados a isso e os outros 60% para apoio à extensão e
421 cultura. O Prof. Bueno disse desconhecer a definição, apesar de o montante já constar das
422 planilhas anteriores. Os membros conversaram entre si e ficou entendido que a
423 *curricularização* da extensão era a promoção, inserção e ampliação da carga horária de
424 extensão nos cursos de graduação. A Profa. Claudia Tessari declarou que, apesar de a
425 discussão sobre os cursos pagos não estar superada e devendo ser retomada, concordava com
426 o Prof. Danilo no que dizia respeito a tratar da situação específica do curso pendente.
427 Acrescentou, porém, que os excedentes recolhidos via GRU não seriam destinados à EPPEN,
428 conforme havia afirmado o prof. Bueno durante sua exposição, pois, tais valores, se
429 retornassem, retornariam para a Unifesp e não para a EPPEN. Na opinião da professora, para
430 que a Congregação pudesse tomar qualquer decisão, era necessário um estudo dos gastos e
431 seus impactos para o *campus* Osasco. Ela também expressou suas dúvidas a respeito da
432 possibilidade de revisão das planilhas de custo e, caso afirmativo, se os docentes envolvidos
433 estariam dispostos a abrirem mão de sua remuneração, ainda que em parte, para permitir a
434 viabilidade financeira do curso. O Prof. Bueno concordou com a colega e reafirmou que os
435 excedentes recolhidos via GRU eram redistribuídos pelo MEC através do Ministério do
436 Planejamento. No entanto, considerava justo que os excedentes do *campus* fossem para a
437 instituição, uma vez que a Reitoria apoiava o *campus* com verba proveniente de recursos
438 próprios da ordem de aproximadamente R\$ 200-300.000,00 anuais. Defendeu que, apesar de
439 parecer que o *campus* estaria abrindo mão de receita, não era esse o pleito. A tentativa era de
440 direcionar os recursos via FAP, de modo que os valores pudessem ser utilizados sem
441 obstáculos. Lembrou que o curso era uma ação institucional e por essa razão nem estava
442 hospedado no sítio do *campus*, mas na página da Pró-Reitoria de Extensão, que o tomava
443 como projeto piloto. Sobre o impacto das despesas, enfatizou que os cursos à distância
444 afetavam muito pouco as contas da unidade. Destacou o compromisso público assumido ao
445 divulgar e abrir inscrições para o curso e que prorrogar, suspender ou cancelar não eram boas
446 práticas. Sobre a possibilidade de revisão das planilhas e a proposta de redução das
447 remunerações, o professor também não julgava ser o melhor caminho uma vez que os valores
448 tinham sido previamente aprovados e não deveriam ser apontados como problema. No
449 entanto, não descartou essa possibilidade e acrescentou que, talvez, a natureza desses valores,



450 de fato, pudesse ser rediscutida. Reforçou que as aparências eram de prejuízo ao *campus*,
451 mas, não isso não era real. A sua proposta era de aproveitar a única margem que se
452 apresentava naquele momento, de redução excepcional da AIU para os cursos do GEM que
453 já tinham sido aprovados, sublinhando que os recursos previstos e disponíveis através da
454 FAP deveriam ser priorizados, pois, os recursos próprios recolhidos via GRU eram ainda
455 hipóteses. O Prof. Murilo chamou à atenção para o fato de o assunto parecer muito
456 complicado, porém, argumentou que a decisão a ser tomada se resumia em reconhecer que,
457 apesar da existência de uma resolução prevendo, por meio da reserva AIU, a destinação aos
458 *campi* de 15% da arrecadação com os cursos pagos, a Congregação abria mão desses valores
459 por estar convencida de que os recursos não seguiriam o caminho mais curto para chegar ao
460 *campus*. Ele se expressou desfavorável a tal decisão que poderia repercutir negativamente
461 para o *campus* e a sua constante batalha por mais recursos ao contrariar uma resolução que
462 vislumbrava oferecer algum retorno à unidade. Ponderou que alguns custos não são
463 facilmente visualizados em planilhas e sugeriu que os conselheiros poderiam ter mais tempo
464 para analisar a questão e tomar a decisão definitiva sobre o assunto, ainda que para uma
465 medida excepcional, em outra sessão. O Prof. Bueno arguiu valer mais a pena trabalhar com
466 os recursos concretos do que com as expectativas constantes de um papel e contrapôs ser
467 preciso tomar a decisão naquele momento. A Profa. Claudia Moraes disse não se sentir
468 suficientemente esclarecida sobre os custos e muito se preocupava por ter de decidir sobre
469 um assunto de tamanha relevância e cujas cifras apresentadas correspondiam a 50% do
470 orçamento anual da EPPEN, de acordo com o que fora demonstrado nos informes
471 administrativos. Acrescentou que a explanação carecia de dados como o valor de alocação de
472 salas, por exemplo, portanto, solicitava que o detalhamento fosse enviado aos conselheiros e
473 corroborou o questionamento da Profa. Cláudia Tessari sobre a disposição dos professores e
474 coordenadores do curso de especialização de abrir mão da remuneração diante do argumento
475 de haver compromisso assumido. A presidente ponderou que não havia exigência de a
476 decisão ser tomada naquela sessão, o que ficara entendido era que o debate não seria
477 abandonado. E, ainda, declarou não ser contrária aos cursos pagos, permitidos pela
478 legislação, no entanto, tinha a responsabilidade de verificar em que medidas tais cursos
479 afetariam o *campus*. Concordou que os esforços deveriam ser empenhados de todos os lados
480 para viabilizar os cursos, inclusive dos docentes e coordenadores envolvidos no projeto.
481 Propôs o encaminhamento de maiores esclarecimentos, fornecendo com antecedência as
482 simulações e dados comparativos que não tinham sido apresentados. Elogiou o apontamento
483 do Prof. Murilo com relação à imagem que o *campus* imprimiria se acatasse o pleito. O Prof.
484 Bueno propôs que a decisão fosse tomada naquela sessão, ainda que se decidisse também
485 pela formação de uma comissão para analisar o assunto e o colegiado se apropriar do
486 relevante conhecimento sobre as possibilidades e dificuldades dos cursos de extensão.
487 Reforçou seu encaminhamento dizendo necessitar da decisão para poder instruir a Pró-
488 Reitoria de Extensão e a direção sobre os próximos passos do edital. Argumentou que a
489 decisão da Congregação, ainda que provisória, serviria de lastro para os procedimentos da
490 coordenação dos referidos cursos. Também argumentou que o edital estaria aberto até o dia



491 28 de fevereiro, portanto, tornando impraticável o adiamento até a data da sessão ordinária
492 seguinte, a ocorrer em 03 de março. O Prof. Danilo entreviu para esclarecer que havia muitos
493 ajustes a serem feitos, no entanto, faltara dar maior ênfase às datas, pois estas impunham um
494 prazo para a tomada de decisão. Então, a presidente, colocou em votação as duas propostas
495 aventadas e, **por maioria dos votos, venceu a proposta de adiamento da decisão até a**
496 **sessão extraordinária agendada para o dia 17 de fevereiro de 2017 e, com antecedência,**
497 **a devida provisão de dados para esclarecer os membros e subsidiar qualquer**
498 **deliberação do colegiado.** Dois membros se abstiveram de votar. O Prof. Bueno solicitou
499 que os pontos a serem esclarecidos fossem encaminhados para que ele pudesse responder. A
500 Profa. Luciana se encarregou de elaborar os pontos que careciam de esclarecimentos e
501 encaminhá-los ao professor. Assim, a presidente encerrou os trabalhos às 13h15min
502 agradecendo a presença de todos e chamando à atenção para a lista de presença. Eu,
503 Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata.

504 Osasco, 03 de fevereiro de 2017.

505 _____
506 Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic

507 _____
508 Sra. Haluane Santana

509 _____
510 Alan Almeida Miron Soldi

511 _____
512 Prof. Dr. Antonio Cordeiro Filho

513 _____
514 Prof. Dr. Antonio Saporito



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/03/02/2017/Ord.

515

516

Carlos Roberto de Castro Junior

517

518

Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari

519

520

Profa. Dra. Claudia Moreas de Souza

521

522

Profa. Dra. Daniela Verzola Vaz

523

524

Prof. Ms. Danilo Braun Santos

525

526

Prof. Dr. Douglas Mendosa

527

528

Sr. Edmur Machado Silva

529

530

Profa. Dra. Fabiana Rita Dessotti



531

532

Prof. Dr. Fabio Luis Barbosa dos Santos

533

534

Jéssica Franulovic Mendes dos Santos

535

536

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

537

538

Profa. Dra. Marina Gusmão de Mendonça

539

540

Mário Henrique Camargo Maciel de Carvalho

541

542

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

543

544

Profa. Dra. Nena Geruza Cei

545

546

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo
Campus Osasco



ATA/CONG/03/02/2017/Ord.

547

548

Maristela Bencici Feldman